

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: Amazônia/Militar
 Data: 03/03/93 Pg.: 11 132

A vida na Calha Norte

MÁRCIO MOREIRA ALVES *

A única presença do governo brasileiro nas florestas que cobrem as fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana é militar. O Projeto Calha Norte, iniciado no governo Sarney, previa policiais federais, médicos, fiscais da Receita e outros funcionários civis nos "pavilhões de terceiros" que existem nos quartéis. Até hoje não apareceu nenhum pedindo pousada, fosse só por uma noite. É que aquelas lonjuras exigem vocação monástica, segundo o deputado Plínio de Arruda Sampaio, que por lá esteve com o senador Severo Gomes, tentando garantir os direitos dos índios. Só agüentam soldado e padre, sendo que a maioria dos soldados vai para lá porque é mandada. Voluntários integrais são apenas os religiosos, que têm compromissos com a eternidade.

O Projeto Calha Norte vai de Tabatinga, nas margens do Solimões, divisa com a Colômbia, até a ponta oriental de Roraima, na Serra do Sol,

onde qualquer morrinho que se cave revela uma jazida mineral riquíssima. O general Bayma Denis, que o idealizou, diz ter seguido as lições do marquês de Pombal e do barão do Rio Branco e não as dos manuais anti-guerrilhas do exército americano, como por vezes se alega. Tratava-se de ocupar um território com uma densidade demográfica de menos de um habitante por quilômetro quadrado e de nele marcar a presença governamental. Afinal, o barão acertou as fronteiras com os nossos vizinhos invocando o princípio do *uti possidetis*, ou seja, a terra é de quem a ocupa.

A ocupação dos sertões brasileiros até muito além do que nos permitia o Tratado de Tordesilhas sempre foi feita por soldados e por padres. Construíam fortes, aldeavam índios e só depois chegavam os colonos. O marquês de Pombal construiu 41 fortes na Amazônia. São as cidades de hoje, com nomes transplantados de Portugal: Óbidos, Santarém, Barcelos, Moura, Silves.

Os mais ermos lugares do Brasil

onde o Estado está presente são, provavelmente, São Joaquim, no Alto Rio Negro, Surucucus, na fronteira de Roraima com a Venezuela, e Maturacá, perto do Pico da Neblina. Os dois últimos convivem com malocas dos ianomâmis. É onde servem pelotões dos batalhões de infantaria na selva de Boa Vista e de São Gabriel da Cachoeira. Lá, se não for nos aviões da FAB, só se chega com muitos dias de rio e de caminhada.

Os soldados são recrutados na região, índios ou mestiços, e muitos se engajam por longos períodos, porque o soldo pouco maior que o salário mínimo é atrativo em uma região sem empregos. Alguns tenentes são recém-saídos da Academia das Agulhas Negras, mas a maioria são oficiais temporários, que cumprem o serviço militar. Os médicos são todos temporários e fresquinhos da faculdade. Alguns vieram do Sul, como o tenente Cunha, responsável pelo ambulatório de São Joaquim, que é de Nova Friburgo. Têm de aprender sozi-

nhos doenças que só conheciam de livros, como a malária e a oncocercose, que é transmitida pelos borra-chudos e leva à cegueira.

Viver nesses lugares isolados, ainda mais com as saudades aguçadas pela antena parabólica da TV, exige crença e ritos. O marechal Rondon, nas suas infundáveis andanças, jamais deixou de barbear-se, de hastear a bandeira pela manhã e de ler uma ordem do dia para os seus comandados. Usava essa rotina ritual para manter a disciplina e o moral da tropa. Nos pelotões da fronteira, oficiais e soldados cuidam dos uniformes, mantêm as construções impecavelmente limpas, comunicam-se pelo rádio com os seus superiores três vezes ao dia, fazem treinamentos e missões de reconhecimento, procurando assim ocupar todas as horas.

A crença é de estarem contribuindo para a construção da nacionalidade. Em virtude dessa crença, dá prioridade que as Forças Armadas estão dando à Amazônia e do

sentimento que lá têm de serem úteis à população e à instituição, a maioria dos oficiais com comandos é voluntária.

A cabeça dos soldados de linha funciona melhor quando identificam o inimigo. Querem saber em quem devem dar um tiro na cara. Ora, a nova estratégia brasileira, à semelhança da francesa, não define inimigos. Define missões. É voltada para todos os azimutes, ou seja, para o que der e vier. Isso é novo e, sobretudo, complicado demais para os Rambos da floresta.

Resultado: os Rambos fabricam inimigos, já que o fim da Guerra Fria eliminou os tradicionais comunistas. Os inimigos de hoje são as ONGs, organizações não governamentais, quaisquer que sejam, os antropólogos e ecologistas que defendem reservas indígenas, os padres progressistas, que fazem a mesma coisa, os missionários protestantes, sobretudo americanos. São acusados de estarem a serviço dos que querem tomar as

nossas reservas minerais, embora não se cite uma só empresa que os empregaria nem se explique por que essa gente tão entrosada com o capitalismo internacional viva tão pobremente, em lugares tão desconfortáveis e por tanto tempo.

Em suporte às acusações vagas que fazem, os Rambos não apresentam fatos concretos. Alimentam-se de suspeitas. Como é difícil acreditar que os serviços de informação das Forças Armadas Brasileiras sejam os piores do mundo, é de supor-se serem as suspeitas infundadas. No entanto, elas progridem e envenenam as relações entre as instituições civis e militares, impedindo que pessoas dedicadas à mesma tarefa de tornar mais civilizadas as condições de vida das fronteiras sem lei juntem os seus esforços.

Teotônio Vilela tinha razão: é tudo fruto do subdesenvolvimento e subdesenvolvimento é como o câncer — quando e onde menos se espera ele ataca.